

X Seminário de Pesquisa e Extensão FESPSP

“Educação Superior e Sociedade para um mundo em reconstrução”

De 16 a 19 de novembro de 2021

Eixo 1: Educação Superior - Políticas para Ensino, Pesquisa e Extensão

Autogestão na extensão popular¹

Experiências do Coletivo Caetés em territórios de luta por moradia

Luís Gendler Jacon²

Matheus Henrique Martins³

RESUMO: A extensão popular é, para além de um dos pilares que compõem a universidade, um processo de atuação em territórios de vulnerabilidade social desenvolvido por agentes que se colocam criticamente frente a essa realidade vislumbrando possibilidades de superá-la. Um dos pontos fundamentais dessa atuação é o fortalecimento e construção de formas de autogestão da população, objetivando a construção de um poder popular e o fortalecimento das lutas sociais. O Coletivo Caetés, grupo de estudantes da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, insere-se em territórios de luta por moradia com essa perspectiva, alinhado a movimentos sociais e buscando, por meio de seu *métier*, engendrar experiências baseadas nos princípios da autogestão, não-alienação e emancipação. Tal objetivo, que tem como fundamento histórico as diversas experiências de autogestão ocorridas no Brasil desde os anos 1970, em especial no período de redemocratização e nas chamadas prefeituras democrático-populares, encontra

¹ Agradecemos às sugestões e comentários tecidos por Isadora Guerreiro, sem os quais esse artigo seria completamente diferente da versão aqui apresentada. No mais, agradecemos aos nossos colegas do Coletivo Caetés que, com tenacidade e inconformismo, atuam e pensam conosco a realidade periférica.

² Graduando em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP) e membro do Coletivo Caetés. E-mail: luis_gjacon@usp.br.

³ Graduando em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP) e membro do Coletivo Caetés. E-mail: matheushenrique@usp.br.

diversos desafios frente ao momento de crise democrática e intensificação do neoliberalismo e da contradição capital/trabalho, que além de aguçar a pauperização da população mais pobre - sobretudo no atual contexto pandêmico -, também aumenta a fragmentação do *ser social* e dificulta a constituição de sujeitos políticos. Tais contradições são exploradas neste artigo à luz de duas experiências enfrentadas pelo Caetés em distintas ocupações, nos municípios de Cajamar e São Paulo, durante o ano de 2021.

Palavras-chave: Extensão Universitária; Autogestão; Ocupações; Periferia; Neoliberalismo;

INTRODUÇÃO

A extensão universitária em sua forma “popular” deve ser compreendida, para além de um dos pilares que compõem a universidade, como processo desenvolvido por agentes que se colocam criticamente frente à realidade vivenciada em sua atuação prática efetuada, sobretudo, em contextos de vulnerabilidade socioespacial. Pretende-se, assim, ensejar perspectivas coletivas de superação dessa realidade (NETO, 2014). Nesse processo, são promovidas ações que valorizam as individualidades e o desenvolvimento dos participantes envolvidos, a fim de potencializar a autonomia política desses agentes e evidenciar a possibilidade de construção de formas de autogestão baseadas na constituição de um poder popular (RODRIGUES, 2013).

Assim, o Coletivo Caetés - grupo extensionista formado por graduandos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP e vinculado ao Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos (LabHab) - baliza a sua atuação em assentamentos e ocupações de moradia com base nos princípios da extensão popular, promovendo processos de autogestão. Internamente, o Coletivo se estrutura de maneira horizontal e autogerida, buscando escapar a imperativos heterônomos. Em consonância e arremate aos trabalhos práticos, o Caetés realiza

formações teóricas que, longe de terem como função a compreensão plena da realidade social, constituem um espaço aberto de diálogo onde a prática e a teoria se encontram através de sujeitos plurais, em consonância com a concepção de *práxis*⁴, que considera de forma dialética essas duas esferas.

O Coletivo segue certas diretrizes estabelecidas por seus membros para a atuação, objetos de constante crítica e reelaboração: o respeito e incentivo à autonomia dos grupos com os quais trabalha (a); a construção coletiva dos projetos, através de processos participativos em suas diversas etapas (b); a busca por formas de desenvolver o projeto que permitam sua autossuficiência e continuidade após o afastamento do coletivo (c); o enfrentamento ao caráter excludente e mercadológico da arquitetura, urbanismo e paisagismo (d); a procura por alternativas à produção e exploração capitalistas (e); e, por último, a compreensão do processo de produção, da concepção à execução do projeto, utilizando o trabalho para emancipação, promovendo, assim, a não-alienação (f).⁵

Essa forma de trabalhar⁶ se confronta com a realidade e coloca os estudantes frente a processos repletos de contradições e paradigmas, sobretudo no contexto de ascensão neoliberal, em que não apenas uma nova realidade econômica se molda, mas uma nova *razão*, que institui outros tipos de subjetividade (DARDOT & LAVAL, 2016). Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é discutir a prática autogestionária do Coletivo em duas ocupações de moradia que, apesar de diferentes entre si, estão submetidas às mesmas pressões da economia neoliberal que coloca constantemente em xeque essa forma de atuar.

⁴ “[...] estamos defendendo a práxis, a teoria do fazer, não estamos propondo nenhuma dicotomia de que resultasse que este fazer se dividisse em uma etapa de reflexão e outra, distante, de ação. Ação e reflexão se dão simultaneamente”. (FREIRE, 2021, p. 172-173).

⁵Tais diretrizes já foram expostas em outra publicação sobre a atuação do Caetés: “Coletivo Caetés e o Complexo Esportivo Dr. Sócrates Brasileiro” (MORAIS, TOMOYOSE & PRESSER, 2019).

⁶ O fazer extensionista é entendido como trabalho na medida em que pressupõe uma ação propriamente dita e, para além disso, como *trabalho social* quando se constitui a partir e sobre uma realidade objetiva, produzindo conhecimentos que almejam sua transformação. Assim, ele relaciona o ensino e a pesquisa à realidade, e permite inclusive uma reflexão sobre as práticas acadêmicas de docentes e estudantes (NETO, 2014).

A primeira dessas ocupações localiza-se no município de Cajamar, Região Metropolitana de São Paulo. Com um vínculo histórico relacionado ao operariado industrial, as cerca de 400 pessoas que moram nesse território há mais de 2 anos são parte de um movimento social de luta por moradia. Em uma cidade que passa por um processo de valorização da terra, a ocupação A.⁷ vive em permanente conflito fundiário, que teve seu auge no mês de outubro de 2021 com despejo da ocupação decretado. O movimento social que coordena a ocupação, colocando-se de forma contra hegemônica, vivencia um embate com as determinações estruturais do neoliberalismo e seu imperativo de amoldamento à esfera jurídica e à busca pela conquista dos direitos.

A segunda ocupação, localizada na cidade de São Paulo, tem sua gênese, de caráter “espontâneo”, em meio a pandemia de Covid-19, como consequência do aumento da extrema pobreza ocorrido durante o período. O contexto aparentemente desmobilizado, o vácuo de um movimento social organizando o espaço e a proximidade de uma tradicional favela da cidade de São Paulo, faz com que essa ocupação carregue consigo uma sorte de artefatos e signos sociais e espaciais que são anteriores a sua própria temporalidade. Assim, apesar de seu caráter embrionário, com cerca de 460 “lotes” com barracos de toda sorte parcialmente ocupados pelas famílias, essa ocupação vai se constituindo um arquivo temporal e espacial da expansão das ilegalidades, pulverização das formas de organização social clássicas, retomadas antediluvianas como instrumentos de sobrevivência frente às novas faces do capitalismo que chega às periferias e a formação de novos mercados pelo chamado “*mundo do crime*” (FELTRAN, 2011).

Assim, em um primeiro momento, narraremos as experiências do Caetés nas ocupações A. e B. para, em seguida, analisar o contexto histórico e social no qual estamos inseridos, o neoliberalismo, a fim de entender através das estruturas os movimentos conjunturais das ocupações. Dessa forma, será possível tratar do

⁷ Optou-se por nomear as ocupações como A e B, de maneira a ocultar a identidade de tais territórios, uma vez que essa informação não tem relevância decisiva para o escopo do trabalho.

amoldamento da autogestão e, portanto, refletir sobre as experiências do Coletivo Caetés. Buscamos evidenciar alguns dos entraves que a economia neoliberal introduz à atuação extensionista ligada à autogestão, delineando defasagens que as ferramentas autogestionárias - construídas do período da redemocratização e inspirações aos métodos do Coletivo - sofreram ao longo do dilúvio neoliberal.

A GÊNESE DA AUTOGESTÃO NA PRODUÇÃO HABITACIONAL

Assim, para falarmos da atuação do Coletivo é necessário voltar à conjuntura na qual foi criada a autogestão que, posteriormente, o Caetés viria a se apropriar como método ajustado à extensão popular. Esse giro começa na década de 1970, quando uma das respostas à crise de acumulação de capital - que combinava alto desemprego e inflação acelerada - foi a configuração de uma alternativa com compromisso social entre capital e trabalho (HARVEY, 2005). Durante as décadas seguintes, enxerga-se por parte dos movimentos sociais urbanos um movimento de escalada à arena pública e conquista do papel de agente político, demonstrando a tendência da problemática urbana tornar-se predominante com o avanço contínuo da urbanização (LEFEBVRE, 2002).

No Brasil essa transição apontada por Harvey também se configura. Não apenas devido à metamorfose em uma sociedade eminentemente urbana, mas também pelo processo que passa a se desenhar no fim dos anos 1970 de “abertura democrática” e conformação da arena política, outrora selada pelo caráter autoritário e violento do período ditatorial. Assim, entre o fim da Ditadura Militar e os primeiros governos democráticos, forma-se uma amálgama entre esse contexto de “abertura democrática” tutelada e movimentos sociais urbanos, partidos de esquerda - sobretudo, o Partido dos Trabalhadores (PT) -, Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica, profissionais, intelectuais e vários outros agentes que, ainda que dentro da institucionalidade, buscavam configurar uma nova realidade política no país (SADER, 1988).

Tal injunção resulta na formulação de legislações e políticas públicas que contribuem para a consolidação de princípios relacionados aos direitos sociais, ao respeito à diversidade, à cidadania e à garantia de atendimento universal a necessidades básicas da população, ampliando os direitos sociais aos excluídos. No campo do urbano, o movimento concretiza-se em uma mudança de paradigma acerca das políticas urbanas e habitacionais, baseada em princípios como a função social da propriedade urbana, o direito à terra, à habitação e à gestão democrática das cidades (BONDUKI, 2017).

Nesse contexto, a autogestão foi incorporada como estratégia dos movimentos populares para a produção habitacional. Nesse campo, a autogestão se referia não apenas a um método de construção de moradias, equipamentos ou infraestruturas urbanas, mas a uma forma de questionar as estruturas sociais e econômicas vigentes, bem como a maneira pela qual essas estruturas produzem o espaço. Está, entretanto, associada à construção de uma luta que não se coloca em oposição ao Estado, mas que atua tendo vista sua transformação, visando desmontar seu caráter de estrutura a serviço do capital e da dominação de classes (RODRIGUES, 2013).

Esses atores defendiam que, apesar de ocorrer nos marcos do capitalismo, a produção social do espaço se mesclaria a elementos que fogem dessa ordem, como a produção coletiva de moradias e territórios que não tem como finalidade o lucro. Nessa perspectiva, a autogestão poderia ser entendida tanto como uma alternativa interna ao capitalismo, quanto como um processo que visa transformá-lo. Serve, ainda, ao incidir sobre as formas de vida comunitária e nos modelos de organização dos movimentos sociais à criação de sujeitos políticos críticos que viriam a participar da construção das políticas públicas no campo do desenvolvimento urbano e da habitação (RODRIGUES, 2013).

A prática autogestionária habitacional passa a realizar-se por meio da forma mais tradicional de cooperação popular, trazida do meio rural de onde a maioria dos

novos trabalhadores urbanos provinha: o mutirão. Esta forma coletiva de trabalho, repaginada pelo cooperativismo uruguaio, foi trazida por movimentos de moradia e seus técnicos da década de 1990. Nesta, busca-se superar as formas heterônomas de trabalho e suscitar uma autonomia crítica ao trabalhador, por meio da desconstrução do abismo entre o papel dos técnicos, “aqueles que comandam”, e o trabalhador manual, “aqueles que são comandados”. Pretende-se reconfigurar a forma de trabalho erigida historicamente pelo capitalismo, unindo pensar e fazer, instigando a livre associação dos trabalhadores e propiciando a retomada de controle sobre o seu trabalho (ARANTES, 2002; USINA, 2015).

É pautado nesses princípios que o Caetés baliza suas atuações. Unindo a forma extensão popular, como já mencionado, entendida como *práxis*, com o conteúdo da autogestão, o Coletivo pretende ensejar a autonomia e o trabalho livre pela produção do espaço. Procura assim, distanciar-se de uma atuação tida como “assistencialista”, opondo ao assistencialismo a politização dos sujeitos (estudantes e moradores das ocupações) por meio da *práxis*. Iremos, portanto, expor duas das ocupações de moradia com as quais atuamos e, assim, pela reconstituição narrativa, delinear concretamente o uso das ferramentas autogestionárias nos territórios populares em um contexto distinto do qual foi criado.

EXTENSÃO POR AUTOGESTÃO: O CAETÉS E SUAS EXPERIÊNCIAS EM OCUPAÇÕES

O Coletivo Caetés teve se originou em 2015, a partir de diálogos entre estudantes universitários, assessorias técnicas e docentes de graduação em arquitetura e urbanismo sobre Escritórios Modelo (EMAU), consolidando-se no primeiro semestre de 2016, como resultado da junção de estudantes que buscavam uma atuação concreta na sociedade. Seu primeiro local de atuação foi a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), que em 2016 levou até a universidade a demanda de auxílio na elaboração do projeto e construção de um campo de futebol, arquibancadas e complexo esportivo adjacente, em homenagem ao jogador Dr.

Sócrates Brasileiro, cuja atuação política é notória. Tal experiência, que se deu em parceria com o LabHab (FAUUSP) e o LCC (Laboratório de Culturas Construtivas), mistura-se a história de gênese do próprio Coletivo, e é recapitulada em (MORAIS, TOMOYOSE & PRESSER, 2019).

A parceria com a ENFF ocorre até o momento atual, com diferentes fases de elaboração projetual, prototipação e construção. Tem um caráter próprio, que não será explorado neste artigo. Ainda assim, citá-la é fundamental para pensar a criação do Caetés enquanto grupo extensionista e o desenho de seus princípios de atuação. Nesse sentido, o que se pretende destacar nesse momento é a atuação em duas ocupações de moradia, decorridas durante o ano de 2021.

Na primeira ocupação, organizada por um movimento social de luta por moradia, o grupo de trabalho - formado pelo Caetés e outros estudantes da FAUUSP - buscou construir, através dos recursos de um edital⁸, um barracão comunitário: uma demanda da comunidade, pela reestruturação de um espaço coletivo já existente e do movimento social, pelo fortalecimento da vida coletiva em contraposição ao individualismo. Esse busca, por meio das ocupações e lutas nos bairros periféricos, organizar a classe trabalhadora e construir experiências que evidenciam a possibilidade de constituição de um poder popular. As ocupações buscam, assim, valorizar a coletividade e serem “escolas de revolução”, se opondo, portanto, ao sistema de poder constituído.

Em janeiro, um edital de extensão de assessoramento técnico a ocupações jovens, escrito pelo grupo sob orientação de professores do LabHab, foi aprovado. Em diálogo com os moradores da ocupação, decide-se pela reconstrução do barracão comunitário. Como parte da metodologia de projeto participativo, iniciam-se oficinas de elaboração projetual, que buscam discutir o que é necessário no espaço,

⁸ O grupo foi contemplado no edital de 2020 do “Programa Aprender em Comunidade”, da Pró-Reitoria de Graduação da Universidade de São Paulo.

quais técnicas construtivas seriam utilizadas, como utilizar os recursos vindos do edital, etc.

Nessas decisões projetuais de aparência banal, dimensões complexas da vida cotidiana e da realidade da ocupação são tensionadas, sobretudo pelo exercício da pergunta. No contexto de insegurança de posse da terra, é seguro construir com alvenaria? Ou então, se toda a ocupação é construída em madeira, porque construir em alvenaria - Porque não utilizar a madeira como técnica construtiva definitiva? Qual a importância de se ter uma cozinha coletiva em um estágio tão avançado da ocupação? E de se reservar um espaço onde crianças pequenas possam ser deixadas durante a realização de assembleias e reuniões do movimento?

Tais oficinas, que duraram por volta de 2 meses, sofreram uma interrupção abrupta com a piora da crise sanitária de Covid-19. Nesse momento, o grupo de estudantes decide continuar a elaboração projetual com base nos materiais desenvolvidos coletivamente na ocupação e após um período de 6 semanas de discussões entre alunos e professores, o projeto está praticamente finalizado- com alterações substanciais. O retorno do grupo à ocupação busca “bater o martelo”, terminar o projeto sem perder totalmente o caráter participativo, já abalado pelo afastamento. Entretanto, nesse momento já não se suscita a mesma dinâmica com os moradores.

Inicia-se ainda assim, após isso, o processo de construção. Este é longo, mais do que o esperado, e permeado de idas e vindas. Em alguns momentos, grande participação e mobilização por parte dos moradores, em outros, apenas os estudantes se faziam presentes no canteiro. Algumas experiências exitosas ocorrem, sobretudo, nos primeiros dias de mutirão: vivências práticas de horizontalidade e troca de saberes entre estudantes e trabalhadores, conflitos entre o saber técnico e o popular, entendidos em nossa atuação como proveitosos e

desejáveis. Com o passar do tempo e o alongamento das obras, a participação dos moradores diminui e os estudantes se veem esgotados. Problemas começam a surgir: parece não haver tempo para experiências coletivas, muito menos de discussão, reflexão e aprendizado e, mediante as urgências do cotidiano, o pragmatismo se fortalece. Quando o processo atinge um tempo relativamente longo, cerca de 8 meses, a necessidade de se chegar a um produto final, o objeto construído, passa a se sobrepor ao cultivo do processo autogestionário - tanto por parte dos estudantes, quanto dos moradores. Faceta do neoliberalismo e sua imposição à otimização do tempo e à produtividade, mesmo em contextos de precariedade. Entretanto, o fato da ocupação ser parte de um movimento social, institui o conflito constante entre a razão neoliberal totalizante, que parte de determinações macroestruturais, e uma consciência de coletividade, construída internamente pelo movimento social. Esse núcleo dialético se assenta nos sujeitos e impõe barreiras tanto à realização de uma completa subsunção à economia neoliberal, quanto de um pleno engajamento na coletividade que, obviamente, encontra barreiras materiais.

Após a finalização das primeiras fases, a construção é interrompida violentamente por uma ordem de reintegração de posse, que determina também a paralisação de qualquer construção que estivesse ocorrendo, sob pena de multa. Sob a ameaça de despejo iminente, o Caetés deixa de realizar os mutirões e passa a presenciar na ocupação um cenário diverso à falta de participação da comunidade nos processos emplacados pelo Coletivo. Há um fortalecimento do senso comunitário e político da ocupação em torno da mobilização contra o despejo. A acentuação do conflito parece ser o fator de atenuação do individualismo neoliberal.

O segundo caso a ser esquadrihado em nossa exposição é a ocupação B. (nome fictício), localizada na zona oeste de São Paulo. Ocupação que ocorreu de forma “espontânea” em fevereiro de 2021, a B. é um reflexo da estrutura neoliberal nas periferias, agravada pelo contexto pandêmico. A maior parte dos moradores,

provenientes da favela ao lado, sobrevive através de bicos em um circuito itinerante de escala estadual, vários outros vivem uma condição de constante movimento entre liberdade e encarceramento, em uma conformação similar àquela descrita na dinâmica da *"cadeia ping-pong"* (TELLES & HIRATA, 2007). Os relatos do período inicial da ocupação são conflitivos uns com os outros, cada nicho de moradores com quem o coletivo se relacionou durante o ano tinha uma história diferente. Constante apenas a importância de ter sido um dos primeiros a ocupar. Conta uma moradora: "foi eu e mais três amigas que chegamos primeiro". Mais um, uma figura de destaque na ocupação por assumir funções de liderança, conta que ele e sua tia foram os dois primeiros a ocuparem, a priori, cada um que chegava pegava "sua fazenda" de terra e dividia com familiares que chegavam aos poucos. Com esse crescimento, Reginaldo (nome fictício) diz que apareceu uma "coordenação", liderada por uma figura da associação da favela e uma das três personagens da segunda história de fundação colocada aqui. Essa coordenação teria sido responsável pela partilha de "quadrados" iguais - totalizando um número de 460 "lotes" - e uma lista de espera com cerca de 150 pessoas para caso houvesse desistência daqueles que haviam sido designados originalmente para os lotes. Lista essa que, quando essa história foi contada para nós, já havia parado de aceitar mais nomes, limitada em um teto de 150 pessoas - que deveriam, para integrar a espera, ser indicadas por algum morador.

Todas essas narrativas têm aspectos de realidade e a intenção em trazer algumas delas é, justamente, demonstrar o terreno de incertezas com o qual tivemos de lidar desde as primeiras visitas à ocupação. São disputas por legitimidade política, em uma ocupação que, diferente da anterior, nunca contou com a presença de movimento social. Apesar da narrativa ter começado cronologicamente, para o referencial do Coletivo ela está se dando *in media res*. Na verdade, todas essas informações são histórias que ocorrerem de fevereiro até maio de 2021, quando o Caetés é contatado através do Grêmio da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da

Universidade de São Paulo (GFAUD) para um possível assessoramento do coletivo em obras de esgotamento sanitário na ocupação B.

Portanto, após duas visitas na ocupação B. e reuniões internas, o Coletivo resolve adotá-la como uma de suas frentes. Desde o primeiro momento, discutindo o quanto a dimensão de vácuo de um movimento não tolheria as possibilidades de emplacar um processo autogestionário. A linha que o coletivo tomou foi a seguinte: como o esgotamento sanitário é uma obra de infraestrutura e de interesse comum dos moradores, ela seria capaz de pivotar o senso de coletividade, uma vez que, se não houvesse essa mobilização, ninguém teria o esgoto. Uma coletividade por necessidade e pragmatismo? Sim. Mas a nossa esperança estava no processo autogestionário. Uma vez que o projeto participativo e os mutirões fossem colocados, uma vez que se iniciasse uma forma trabalho não alienada, em busca de um valor de uso, pautada na troca de conhecimentos e na cooperação a marcha iria engatar.

Ao chegar, procuramos entender como estava sendo produzido o espaço recém ocupado. Seu caráter desmobilizado, uma quantidade colossal de barracos - majoritariamente desocupados - construídos de múltiplas formas que variavam de lona e madeira - o que poderia ser entendido como uma transição, normal ao se pensar uma ocupação de alguns meses - mas, também, já nesse momento embrionário, construções em alvenaria estavam sendo iniciadas, a inexistência de qualquer espaço coletivo - nem mesmo uma cozinha, estrutura essencial para que as famílias possam se estabelecer. Todos esses pontos já indicavam a sua constituição avessa às de ocupações de movimentos sociais.

Fernanda (nome fictício), moradora da ocupação, disse que no início havia uma cozinha coletiva, na qual ela mesma trabalhou, mas que fora fechada após uma infestação de ratos por falta de esgoto conectado. Se o esgoto era o problema para a desmobilização da cozinha, sugerimos aos moradores fazer um projeto que fosse pensado em torno da cozinha comunitária - o que, em nosso entender, acentuaria os

ânimos coletivos. O projeto participativo, portanto, tem seu marco zero: o terreno da antiga cozinha, localizado no centro da ocupação. Aqui vale um parênteses topográfico: a ocupação, por ter sido anteriormente um aterro, possui uma geografia acidentada, além de uma inclinação natural, que viria a ajudar na orientação do caminho do esgoto.

Com desenhos feitos pelos próprios moradores, trajetos do esgoto pensados a partir da escala do próprio corpo fazendo os caminhos a pé e discussões de como vencer as dificuldades do terreno, chegamos a um projeto participativo “final”.

Inicia-se o canteiro de obras. Através de mutirões nos quais trabalhavam os moradores e nós, o cronograma para o dia era: café da manhã; apresentação do cronograma de obra do dia e discussão com base nele; apresentação das ferramentas e EPI's; divisão em grupos de trabalho; início da obra; almoço; conversa sobre o período da manhã; retomada da obra; conversa de encerramento. No entanto, em nenhum dos mutirões foi possível realizar todos estes passos.

Os primeiros mutirões, a etapa de obras na rua e calçada, contou com um engajamento incrementado e uma disposição a seguir a maior parte dos passos descritos no parágrafo anterior. No entanto, conforme acaba esse período inicial e a obra passa a adentrar pela ocupação, a realidade se torna outra. Com o tempo, poucas pessoas continuam no processo, se conservando apenas um mesmo grupo, que cria um vínculo afetivo com o Coletivo. Percebemos também uma política do “farinha pouca? meu pirão primeiro!”, ou seja, conforme as ramificações do esgoto eram capazes de atender o seu lote, o morador deixava de frequentar os mutirões.

Em paralelo ao projeto elaborado pelo Caetés, moradores de outros lugares que não seriam imediatamente atendidos pelo traçado elaborado até a cozinha passaram a resolver o seus problemas com obras individuais, puxando “gatos” de esgoto de suas casas para bueiros, bocas de lobo e poços de águas pluviais - essa, por sinal, foi uma discussão colocada pelo Coletivo durante a elaboração do projeto

participativo que resultou na concordância geral em não destinar o esgoto para esses lugares.

Aos poucos, o Caetés se solidifica no espaço, entretanto, quando chegamos no ponto do projeto no qual a obra precisa sair da calçada e entrar na ocupação o grupo que tinha elaborado uma opção, de forma conjunta ao grupo de moradores que participavam da obra, que viria a sofrer um veto. Na semana seguinte, Roleta (nome fictício), morador que participa desde o primeiro mutirão, contou o que acontecera durante a semana: Reginaldo tentou negociar a passagem do tubo no lote de Crânio, que não aceitou. Assim, Reginaldo levou isso para os *Irmãos* que, além de não acatarem, disseram que sobre hipótese alguma haveria uma viela ali ou em qualquer outro lugar naquela rua. Roleta nos explicou: uma viela ali - consequência da implantação do tubo - significaria uma facilidade para realização de batidas policiais e uma forma de cercarem a ocupação. Em seguida disse: “concordo com vocês, mas não vou por minha camisa nisso” - ou seja, não iria se arriscar a morrer.

Aqui encerramos a parte das narrativas de experiências do Caetés, que são muito mais extensas e poderiam ocupar toda a extensão do artigo. No entanto, a breve pintura do quadro social e político dessas ocupações têm por efeito configurar um movimento de busca histórica e conceitual para as determinações conjunturais das duas ocupações.

NEOLIBERALISMO E LULISMO: MUDANÇAS NO CAPITALISMO À BRASILEIRA

É importante, para evitar uma análise simplista ou puramente descritiva, historicizar as dinâmicas que ocorrem nos espaços nos quais atuamos. Somente buscando reconstituir como as transformações introduzidas pelo neoliberalismo, e as contradições por ele acentuadas, chegam às periferias brasileiras, é possível entender a conjuntura de cada uma das ocupações e, conseqüentemente, a atuação do Coletivo. Cabe entender que o neoliberalismo conforma tanto por baixo as dinâmicas internas dos moradores das duas ocupações analisadas; quanto por cima

as lutas pelo direito à moradia e suas relações com o sistema jurídico estatal, bem como com as políticas públicas de habitação e suas relações com o mercado imobiliário. Portanto, cabe retornar como, após o período de redemocratização, mudanças começam a se configurar.

Durante os governos Sarney, Collor e FHC (1985-2003), surgem os primeiros sinais desse novo estágio do capitalismo e ocorre a instauração de um Estado que atua na expansão das fronteiras de acumulação. Passam a figurar no país os processos de terceirização e precarização do trabalho, crescimento do desemprego, redução salarial e crise dos movimentos sindicais.

Enquanto nesse período o neoliberalismo chegava através das privatizações e da abertura de capital das empresas (BRAGA, 2012), a partir da ascensão lulista o Estado se volta às margens. “Concernidos por uma entelégua cívica denominada ‘o social’” (ARANTES, 2004), os olhares públicos e privados se voltam a esse terreno inóspito e inauguram novas técnicas para levar a cabo a expansão do capital. Assim, o que transparece até agora é que, já no início dos anos 2000, é possível enxergar que aquele contexto de redemocratização, fundacional da autogestão que implica o Caetés, começa a ruir.

Devido a sua atuação como catalisador da expansão do neoliberalismo e por sua tônica acerca do “social”, que aprofunda um capitalismo periférico, o presidencialismo de Lula é um período extremamente relevante para o nosso périplo histórico. Será justamente nesse momento que a periferia vista na atuação do Caetés se conforma e, por isso, é imperativa uma análise mais atenta dos seus governos.

O lulismo saiu melhor que a encomenda e, na voragem estrutural, não foi uma alternativa anti-sistêmica. Durante as quase duas décadas lulistas o papel do Estado passa a ser de desbravador das fronteiras limite dos fluxos de capital: o mercado do social é aprofundado. As políticas públicas inauguradas durante o governo lulista “enredam o público e o privado e se instituem, tanto no plano de seu vocabulário

quanto no de sua ação, todas as inúmeras indistinções que, se querendo como política, abolem de fato sua presença” (PAOLI, 2007). As intervenções estatais na “esfera social” (ARANTES, 2004) ressaltam, mais do que qualquer veia política que poderia eventualmente carregar, o caráter latente das técnicas de controle social da miséria (PAOLI, 2007). Assim, o que se produz nessa atuação do Estado pautada no manejo e gestão de precariedades é uma nova relação dos “cidadãos” com o Estado: “baseada na benevolência e não na reconstituição dos direitos, o que reforça o sentido privado do ciclo predominantemente técnico do modelo” (PAOLI, 2007). Ou seja, o cidadão como sujeito político é apagado e entra em seu lugar o “cliente” que recebe um serviço, vale adjetivar, técnico - este que tem a oferta passada às mãos de agentes privados pelo Estado.

Parte desse movimento gerencial foi o fatiamento da “esfera do social”, para tornar possível certo manejo cirúrgico de cada uma dessas partes agonizantes do social. Inicia-se um processo de refinamento e especialização dos agentes técnicos que virão prestar serviços para cada fatia focalizada da massa precária e, do outro lado, o rogo dos “clientes”, ou seja, o que se coloca é o processo de formação de demandas específicas.

Aglutinando pessoas pelas precariedades em torno dessas demandas específicas, um mercado de necessidades se cria, um problema é posto e, assim, o Estado atua a fim de solucionar, com seu espírito pragmático, o posto problema - sempre em promíscuas relações com o setor privado, que, aqui, passa a se confundir com o público em um campo gelatinoso e obnubilado. Quando a demanda é gerida, a fundação da organização popular se esfarela, com a perda do “sujeito político”. Acaba a motivação, acaba a mobilização. Essas aparentes coletividades “políticas” são, na verdade, uma relação frágil e momentânea, pautada por um desejo em comum ao acesso do serviço.

Assim, como consequência imediata, a esfera pública passa a ser categoricamente desmobilizada por essas técnicas e violências do Estado gerencial.

A função do espaço público - esfera de liberdade e ação política de cidadãos - é inadequada ao modelo e, por isso, escoar pelo ralo. É possível entender, a partir disso, como esse modelo neoliberal produz ausências e justamente esse vazio passa a ser a referência para se estar na sociedade, não mais a partilha coletiva da esfera pública. No vazio não há conflito ou disputa (RANCIÈRE, 1996) - elementos estes fundantes da política - e sim uma economia de urgências a serem administradas pelas técnicas e “fórmulas de intervenção” (PAOLI, 2007) pautados na eficiência.

Nesse meio, os antigos agentes democráticos e políticos, como os movimentos sociais, passam a ter de atuar em terreno inóspito - a exemplo da ocupação A. Instaura-se uma encruzilhada e movimentos tomam diferentes caminhos: uns amoldam-se, tomando papel do agente privado nessas relações com o Estado, outros resistem a um suplício tantálico⁹. A situação desses últimos movimentos sociais, que testam a hegemonia do capital, passa a ser de impossibilidade de acesso a qualquer tipo de recurso, mesmo que seus fluxos permeiem, mais do que nunca, sua volta.

Portanto, esse é o deserto do real. Com a política sob andrajos, a estrutura neoliberal amolda agentes e sujeitos e, portanto, o próprio Coletivo. Somente a partir dessa delimitação estrutural é possível entender a conjuntura dos territórios nos quais o Caetés atua.

DE VOLTA ÀS OCUPAÇÕES: A EXPRESSÃO DA ECONOMIA NEOLIBERAL NO TERRITÓRIO

Assim, após a historicização é preciso retornar aos casos. Reduzir, novamente, a escala. Da conjuntura à estrutura, da estrutura à conjuntura. Voltamos,

⁹ Durante o décimo primeiro canto da *Odisséia*, Homero nos apresenta a história de Tântalo, um homem que, por testar a onisciência dos deuses, foi condenado ao suplício eterno. Com um rio de águas cristalinas passando por seus tornozelos e cercado por jardins de árvores carregadas de frutos carnudos e doces, “toda vez que o velho se curvava com a garganta seca, a água tragada se ocultava” (HOMERO, 2011, p. 352) e “quando o ancião erguia a mão para colhê-las (as frutas), o vento as arrojava” (HOMERO, 2011, p. 353).

assim, à ocupação A. O que se faz necessário compreender nesse território é a contradição posta no momento em que o movimento social e a atuação do Coletivo, ainda que se colocando como contra-hegemônicas, inserem-se na forma jurídico-institucional e tem, por ela, sua atuação limitada. Além disso, é premente entender como moradores da ocupação colocam-se na construção desses processos políticos já citados, mesmo sob as pressões da economia neoliberal. Essas contradições, além de intimamente imbricadas, estão sujeitas dialeticamente ao neoliberalismo, ora esses agentes - movimento, Caetés e moradores - sendo subsumidas à ela, ora oferecendo resistências.

Alterar a escala se faz necessário mais uma vez. Aqui é necessário entender como os movimentos sociais, no macro, têm enfrentado entraves a sua atuação em meio ao neoliberalismo, delimitando as saídas que acharam para sobreviver, para, após isso, entender, no micro, como se dá a atuação do movimento específico da ocupação A..

Para analisar as mudanças mais fundamentais que sofre o movimento durante o processo de neoliberalização é necessário voltar ao marco desse tipo de política no campo da habitação: o lançamento do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Com a inauguração do MCMV houve um redimensionamento do campo político até então existente para atuação dos movimentos sociais (GUERREIRO, 2019). De forma mais específica e que acerta na jugular o papel do movimento social, no pacote de 2009 do programa, foi criada a modalidade MCMV-Entidades, cujos recursos disponibilizados para serem geridos pelas tais “entidades” - movimentos sociais, cooperativas, ONGs, etc - representavam 3% do total do subsídio, valor que, como atentam Fix e Arantes (2009), viria a promover disputa entre seus beneficiários. Instaura-se, portanto, um campo de competição por recurso, uma mentalidade, como já visto, própria do neoliberalismo e que virá a amoldar a atuação dos movimentos.

Assim, até o lançamento do programa, pode-se dizer que haviam dois polos no campo dos movimentos de moradia em São Paulo: o primeiro, relacionado ao campo “Democrático Popular”, colocava-se mais próximo da disputa legislativa e da política urbana executiva; o segundo, menos expressivo, punha-se, antagonicamente, criticando a institucionalidade e retomando como estratégia ações diretas de ocupação. Após o MCMV, há uma transformação nesse cenário, bem como nas estratégias, formas de aparecimento e articulação social dos movimentos.

Diante da cisão entre a disputa política interna ao Estado e o acesso à habitação - que se consolida cada vez mais como mercadoria - os movimentos do campo “Democrático Popular” subsumem-se ao mesmo patamar de produtividade do mercado. Já os movimentos de moradia que se colocavam antagônicos a esse campo sofrem com efeitos diversos. Suas formas de atuação passam a ter os seguintes escopos: partindo-se da crítica à institucionalização, parte desses movimentos passam a valer-se desta, que é usada de forma tática e, em contraste ao Estado, se dá o acesso ao mercado; enquanto outro grupo, continua defendendo a autogestão como autonomia tanto do Estado quanto do mercado para a construção de uma alternativa de organização popular (GUERREIRO, 2019).

O movimento que coordena a ocupação A. se aproxima dessa última vertente. Rejeitando que a luta de classes se dê no terreno jurídico-institucional, tampouco que o acesso à habitação seja por meio da forma mercadoria, coloca-se em um lugar distante da luta pela autogestão ortodoxa - nos moldes da redemocratização - que busca a “transformação do Estado, para que não seja mais uma estrutura a serviço do capital e da dominação de classes” (RODRIGUES, 2013, p. 26). Pelo contrário, o movimento presente na ocupação A. entende que a exploração de classe é inerente à forma jurídica e ao direito como estrutura, tendo o Estado como seu “invólucro protetor” - um elemento externo, mas completamente imbricado na relação de dominação (DI MASCIO, 2020, p. 56).

Nesse sentido, Evguiéni Pachukanis explica como, na sociedade burguesa, “a forma jurídica adquire significado universal e a ideologia jurídica torna-se a ideologia por excelência” (2017, p. 65) e, assim, a defesa dos interesses da classe dos exploradores aparece como defesa abstrata do princípio da subjetividade jurídica. Portanto, a luta de classes se dá na disputa do conteúdo concreto das normas jurídicas e no desenvolvimento histórico das instituições jurídicas. Partindo, entretanto, do pressuposto fundamental de que a forma jurídica, típica do modo de produção capitalista, tem sua gênese na forma mercadoria - bem como na conflitualidade de interesses privados - há uma correlação imediata entre o Estado, o direito formal abstrato moderno e as relações sociais capitalistas. Assim, o Estado não pode ser considerado como um construtor de normas funcionais para as relações sociais, mas

“como um mero encarregado político de um ‘interesse’ e de uma ‘vontade’ que se fazem passar por ‘gerais’ e ‘universais’, em suma, como o produto e a garantia do processo jurídico capaz de assegurar uma certa ordem econômica” (DI MASCIO, 2020, p. 52).

A confiança de que esse “invólucro” poderia assumir um caráter social e, conseqüentemente, a luta por ele - e não por sua erosão - é o que permite, nesse momento de ofensiva do capital ao trabalho, vinda com a virada neoliberal, a desarticulação e enfraquecimento da classe trabalhadora e de suas formas de associação, este Estado se transformar em um instrumento de classe despudorado. Sem sequer se omitir sob a categoria abstrata do “social”, coloca-se como parceiro e facilitador direto da acumulação de capital, tornando o que outrora eram “direitos” categoricamente em mercadorias.

Assim, o processo de autogestão promovido pelo movimento social da ocupação A. e seus membros se concretiza na busca pelo fortalecimento da densidade ontológica proletária (NEGRI, 2019 apud DI MASCIO, 2020, p. 101) dos moradores da ocupação, confrontando-os com essa operacionalidade jurídico-estatal, reafirmando o poder de classe discursiva e pragmaticamente - se há

necessidade de uma biblioteca, de uma praça, de uma creche, de uma nova rua, os trabalhadores podem construí-la. Constrói-se, assim, a consciência de um “contra-poder” face ao Estado e ao capital.

O processo promovido pelo Caetés em conjunto com os moradores na ocupação A. tem esse pano de fundo: a *práxis* constante do movimento social. Apesar disso, não deixa de sofrer as pressões do neoliberalismo. Durante o processo, observam-se diversos traços desse embate por parte dos moradores, mas também dos estudantes. A priorização de um objeto final construído - o barracão - em detrimento do processo político e pedagógico é o maior deles. Um dos fatores para tal, é a formatação do projeto ao um edital “Aprender em Comunidade”, já citado anteriormente. Essa conformação leva ao enquadramento da prática autogestionária pretendida pelo Caetés a certos limites como: prazo determinado - 1 ano - para execução de um projeto; recursos escassos e controlados; a entrega de um relatório final descrevendo os resultados do projeto.

Outro fator é a desmobilização dos moradores, enfrentada em muitos momentos nos quais o Coletivo recorre às estratégias do movimento: conversa com as lideranças, pede que façam reuniões de quadras - escala intermediária de organização entre os núcleos familiares e o todo comunitário - ou que sejam convocadas assembléias. Nos deparamos, entretanto, com cisões internas, disputas de poder dentro do cosmos da ocupação que complexificaram a atuação, tensões que chegaram a especulações sobre possíveis interesses escusos na construção do barracão.

O movimento passa a encontrar dificuldades em sua própria base, muitas delas relacionadas à economia neoliberal que formata um novo sujeito. Devido às violências cotidianas do neoliberalismo, que se introduz em sua subjetividade e articula sua moral, psique, educação, religião e política, os sujeitos conformam-se a uma nova maneira de compreender a realidade, agir e se ver representado nela.

Esse *neossujeito*¹⁰ caracteriza-se pela homogeneização de seu discurso e ação à figura da empresa, passa, assim, a ser a empresa de si mesmo: empreendedor de si, especialista de si, inventor de si - a figura do outro, quando não enquadrada no contexto da *concorrência*, é suprimida (DARDOT & LAVAL, 2016).

Entretanto, esse sujeito “competente e competitivo”, aloca-se de modo diferente no contexto de precariedades das periferias brasileiras. Ora, como se aloca a lógica empresarial no indivíduo que não acessa a empresa? Por meio da economia moral e do remorso: uma lógica que coloniza as múltiplas esferas do social através do discurso econômico e inscreve nas paixões humanas o desejo de riqueza e sucesso que, quando não alcançado, não tem como reação uma resposta política - uma vez que esse campo é suprimido pelo razão neoliberal -, mas emocional (SAFATLE, SILVA JUNIOR, DUNKER, 2021). Na contra-corrente, o movimento luta para pautar uma formação política, crítica e democrática e pela valorização da coletividade.

A ação do movimento social de moradia da ocupação A. pretende não apenas a resolução do problema imediato (a falta de moradia), mas também, por meio dessa luta, engendrar formas de consciência de classe comum aos trabalhadores. A moradia digna é pautada como um bem ao qual todos deveriam ter acesso - e não como mercadoria. Além disso, o bairro que se busca construir é um no qual não apenas se dorme após as longas jornadas de trabalho, mas aquele no qual se vive: com praças, escolas, creches e bibliotecas - espaços públicos e de fruição coletiva. O entendimento de que o Estado se faz presente nas periferias muito mais pela sua veia policial do que para oferecer esses equipamentos é pedra de toque na criação de formas de auto-organização dos trabalhadores, que constroem de forma coletiva seu território em contraposição ao poder institucional de classe.

Para além da *práxis* cotidiana de luta, o movimento faz formações políticas que vão de embate à gramática neoliberal e aos problemas estruturais do sistema

¹⁰ Neologismo formulado por Pierre Dardot e Christian Laval (2016, p. 327).

capitalista. Seria impreciso, portanto, sintetizar a complexa subjetividade dos moradores da ocupação, imersos em um cotidiano de formação e luta política, ao mesmo tempo em que estão inseridos no contexto de violência social do capitalismo neoliberal, em uma figura única: o ocupante ou o *neossujeito*. Fato é: traços de ambas as esferas se assentam nas pessoas e são sentidos na atuação do Coletivo.

Como já citado antes, entretanto, a atuação do Caetés não chega ao fim da construção do barracão. A construção é paralisada em meio do processo jurídico de reintegração de posse do terreno. A ocupação, nesse momento, se embebe em um processo político acentuado pela luta do direito de permanecer. Assim o Caetés passa a participar junto com o movimento e os ocupantes de outras estratégias, que não pautadas no barracão, embargado juridicamente, através de ações diretas - ocupação da câmara de vereadores e da prefeitura do município na qual está localizada a ocupação - e negociações. Se vê, nesse limiar, o aumento da disputa política, que reativa suas energias mediante a constante acentuação do conflito, ao mesmo tempo, a possibilidade palpável do acesso à habitação pelos meios até então negados: o Estado ou o mercado - nas negociações.

Voltando agora a ocupação B., é preciso fazer uma contextualização para entender uma veia específica do neoliberalismo, pressuposto para analisar o território sem cair em conclusões simplistas e estigmatizantes. Em nossa atuação na ocupação conhecemos uma série de pessoas que foram alvo desse ferramental do Estado gerencial: o encarceramento em massa. A prisão - esse “bazar da carne humana” (FOUCAULT, 2014, p. 252) - deve ser entendida em toda sua complexidade, portanto, primeiro como espaço, lugar poroso no interior do regime tecnológico do Estado e, depois, como aparato administrativo com funções muito azeitadas: gerir populações, agenciar fluxos, amoldar condutas e administrar certas formas de vida (GODOI, 2015).

Assim, o encarceramento continua como técnica administrativa das transgressões, como “tática geral das sujeições” e “gestão diferencial das

ilegalidades por intermédio da penalidade”, constituindo um “mecanismo de dominação” (FOUCAULT, 2014, p. 267). No entanto, inaugura-se a produção de delinquência por ilegalismos seletivos, que passam reto ao escopo da lei, além de “ilegalidade dominada” (FOUCAULT, 2014; p. 274) ela passa a servir de ferrete social para a produção de corpos matáveis (MALLART & RUI, 2017). Mais que “observatório político” (FOUCAULT, 2014, p. 276) a delinquência é produzida na prisão para a gestão da morte. Roleta, morador da ocupação B., transita por dentro e fora do sistema prisional. Suas passagens pela cadeia foram motivadas por diferentes crimes. Os períodos não foram incólumes com seu corpo, a prisão deixa marcas físicas e simbólicas. Dentro das muralhas, a situação mais grave foi quando levou sete tiros. Fora, já foi torturado quatro vezes pela polícia em um período de dois meses durante “batidas” e “revistas”. Roleta, marcado de tatuagens e cicatrizes - que passam a servir de identidade simbólica e reconhecimento de sua parte no mundo -, é alvo marcado para morrer.

Para fazer o exercício de mudança de escala, do microcosmo da ocupação para um contexto mais geral, trago uma dimensão quantitativa que pode, talvez, ajudar a dimensionar do que falamos: em 1994, o estado de São Paulo contava com 43 unidades prisionais e capacidade de alojar 32.000 presos, em 2019, São Paulo conta com 176 prisões com capacidade para 231.287 presos - vale notar que segundo um relatório do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP) de 2019 o estado tinha um déficit de 101 presídios, só para lidar com superlotação. É um aumento, durante um pouco mais de duas décadas, de mais de 600% no número de detentos. Esses presos, vale destacar, tem um perfil muito bem estabelecido: homens jovens - de 18 a 29 anos (58%) -, pouco escolarizados - apenas ensino fundamental (59%), e negros (60%) (BRASIL, 2011) - não por acaso, é o estigma do brasileiro pobre:

“Recebe o mérito a farda que pratica o mal
Me ver pobre, preso ou morto já é cultural
Histórias, registros e escritos
Não é conto nem fábula, lenda ou mito”
(Negro Drama - Racionais Mc's, 2002).

Não estamos juntando lé com cré ao dizer, portanto, que existe um modelo de prisões em atacado muito bem estabelecido que funciona como estratégia pública de gestão dos indesejáveis socialmente. “Dispositivo de neutralização e incapacitação de grandes contingentes populacionais marginalizados” (MALLART & RUI, 2017, p. 4) tem como função manter esse corpo afastado da “sociedade”. A delinquência não é mais um fator, ela passa a ser retroativa, primeiro se prende e, ao prender, produz-se a delinquência: jovem preto com 1g de crack ou maconha e um cachimbo de caneta esferográfica é preso e se torna, depois de uma passagem pelo CDP, um traficante - com histórico. Illegalismos se transformam, pelo sistema prisional, em delinquência e a delinquência, por sua vez, retroalimenta outra máquina de morte, ela produz corpos matáveis (MALLART & RUI, 2017). É justamente o modelo de gestão estatal desses corpos: criminalizados por serem pobres, essa condição o transforma em ilegalismo; entrando no camburão já se metamorfoseia-se em delinquente e, ao sair da prisão, torna-se seu imago social: o corpo matável, uma necropolítica em curso (MBEMBE, 2018). Não foram poucas as histórias que ouvimos de mortes pelas mãos da polícia, na ocupação essas as estatísticas tem nome, mãe, irmãos, casa. Os presos em atacado, na ocupação, são varejo e deixam uma mulher virar mãe solteira de seis, essa é a história da Neca (nome fictício). A administração fria da técnica recai, na periferia, sobre um corpo quente.

Aqui a gestão de morte estabelece uma relação imediata com o *Homo sacer* de Agamben (2002), o contexto pautado pela exceção jurídica implica às pessoas uma violência que a lei não prevê, o que requer, portanto, tecnologias de plausibilidade - mais uma técnica no caritó gerencial - para a negação da condição de direitos e, além disso, para a invisibilização da ponta da praia. Esses corpos matáveis tem um aval da “sociedade”, são execuções em nome da “ordem” e da “segurança”, em nome da “cidade” - no limite, como diz Paulo Arantes, não há nada que não exija o uso de aspas.

Enfim, essa estrutura do neoliberalismo sofre uma forma específica de reação: “Fé em Deus que ele é justo. Se Deus é por nós, quem será contra nós? Um por todos e todos por um. Unidos, venceremos, 1533. PCC. Nosso lema é paz, justiça, liberdade, igualdade e união para todos.” Dia 31 de agosto de 1993, cerca de dez meses depois do massacre do Carandiru, no anexo da Casa de Custódia de Taubaté, interior de São Paulo, a “Piranhão”, nasce o Primeiro Comando da Capital. O *Partido* que viria a ser, quase 30 anos depois, o mediador que disse o “não” para o nosso esgoto passar por uma viela da B.

“Paz entre nós, guerra ao sistema”: o *Partido* nasce de forma reativa às múltiplas violências sofridas pelos presos, mas vai muito além. Apesar de ter sua gênese no cárcere como uma comunidade solidária de proteção mútua embasada em um código jurídico-ético, os *Irmãos* passam a se colocar como um agente na disputa pela legitimidade social (FELTRAN, 2011). Nutrindo-se da conjuntura porosa que o neoliberalismo impôs, já mostrada aqui, de perversão do Estado em um grande parceiro promíscuo do mercado, a consequente moagem do espaço público e da política e a crise do trabalho, o Partido se torna sujeito dessas disputas nas periferias. O mundo do crime passa a interferir diretamente nos conflitos sociais, na sociabilidade cotidiana, nos fluxos de negócios e como moderador jurídico-ético das relações na periferia (FELTRAN, 2011). O PCC deixa de ser uma facção reativa, se tornando, na verdade, um novo agente paralelo de gerenciamento da vida periférica.

Se a institucionalidade se apresenta como um gestor de mortes, o PCC se insere no espaço como um mediador jurídico, ético e econômico. O que passa a valer entre os *irmãos* é o código do *Partido*: quem vai mediar o conflito entre o projeto do esgoto e o dono do lote são os *Irmãos*, quem vai delimitar que não haverá viela na fachada da ocupação são os *Irmãos* - vale anotar, essa relação não se dá por um comando centralizado, hierarquizado e positivo, mas pela ativação de códigos legítimos entre os indivíduos, sejam eles irmãos “batizados” ou não.

Assim, o processo que ocorre no mundo do crime é a fabricação de um tipo de mercadoria que Michel Misse (2002) denomina *mercadoria política*. Essas são produzidas através de uma *economia da corrupção*: ou seja, o fabrico destas mercadorias se dá por um processo de privatização dos recursos políticos do Estado - o legítimo dono monopolizador desses recursos (MISSE, 2002). Em seguida, elas entram no mercado informal ilegal como serviços e não mais como direitos, o valor que lhes era dado pelo Estado democrático. Dessa forma, o *mundo do crime* passa a concorrer com o Estado neoliberal e o mercado privado legal para suprir as demandas sociais através da oferta de serviços.

O modo pelo qual o sujeito pode sobreviver e se colocar como parte do mundo neoliberal passa a ser através do ilegalismo. É nele que é possível o acesso às mercadorias, aos serviços e às condições de reprodução da vida. Portanto, o sujeito passa a realizar essa constante transição entre o legal e o ilegal, as fronteiras entre um e outro acabam erodindo e, assim, instaura-se na periferia o que vimos acontecer desde o germe na ocupação B. Uma disputa de agentes com interesses em comum - e conflitantes - que permeiam esse mesmo espaço pelos mercados. Essas disputas conformam uma teia de conexões e redefinições de escala, redesenham os espaços em “trilhas de redes de subcontratação que chegam aos pontos extremos das periferias pelas vias de uma meada inextricável de intermediários e intermediações” (TELLES & HIRATA, 2007, p. 195). Os mesmos atores transitam em diferentes escalas e atravessam a porosa barreira que separa o legal e o ilegal se misturando e criando uma conformação territorial incerta onde não se sabe os limites entre lá e cá (TELLES & HIRATA, 2007; MISSE, 2002), se é que eles ainda existem. Assim, constitui-se uma forma *bazar* onde a periferia passa a se comportar como um grande mercado com barganhas e disputas ruidosas, que ultrapassa regulamentações e está permeado de técnicas tácitas e ardilosas que constituem as disputas entre os agentes, sem distinguir muito bem a agora diáfana fronteira legal-ilegal (MISSE, 2002). Essa conformação é justamente o cenário embaralhado que fez com que o Coletivo passasse por um processo de crise de

identificação dos agentes. Na verdade, a crise ocorre justamente porque a identidade é pulverizada.

Se pararmos aqui por um segundo, conseguimos, portanto, entender algumas das contradições que o Caetés enfrentou. A transformação violenta do cidadão em cliente é percebida de forma acentuada na B., onde a conquista da própria condição de cliente só é atingida por uma duplicação da vida: a sobreposição da ilegalidade ao legal. Esse novo modo de se identificar como *parte* (RANCIERE, 1996) do mundo minou a capacidade do sujeito de se relacionar de outras formas. Os moradores diante de outra conformação de *ser parte*, a autogestão apresentada pelo Caetés, pervertem a gramática autogestionária e mantêm seu lugar de clientes. Portanto, o Coletivo passa por esse processo durante a construção do esgoto de tornar-se um prestador de serviço para clientes. A relação moradores-Caetés, apesar de se manter o vocabulário da autogestão - agora vazio de concretude -, beira um atendimento de demanda.

Conseqüentemente, temos, agora, uma pista de onde surge a constante desmobilização em torno das obras. Se fizermos o exercício de repartir o esgoto em seus troncos e ramos, podemos entender cada um desses como uma demanda de um pequeno grupo de moradores que será atendido com a construção do trecho. No mutirão, construímos esse ramo com esse coletivo de moradores. Na semana seguinte, ao avançar sobre outro tronco, os moradores unidos que trabalhavam como velhos compadres na semana anterior desapareciam. Com a demanda atendida, o coletivo se desfaz.

Portanto, fica evidente como a B. é um reflexo das conformações neoliberais, que amoldam os sujeitos de forma violenta e os fazem viver em um regime de insegurança e eterno modo de sobrevivência. Essas condições absolutamente precárias que ameaçam a reprodução da vida fazem com que surja um novo agente a oferecer essas mercadorias de vida: *o mundo do crime*. Conformam-se no território o *bazar*. Essas condições recaem sobre o Coletivo e a atuação, como já esmiuçado,

de forma a desmobilizar, com sucesso, as nossas ferramentas de atuação: a autogestão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este é o Brasil contemporâneo, tem-se o fim do sonho democrático, a miragem por uma política do desentendimento renciêriano, conflitiva e democrática se perde no deserto neoliberal. Estamos nesse chão mole. As espoliações vocabulares e materiais, a expansão das fronteiras do capital pelo Estado gerencial, as perversões semânticas, a pulverização do público, a confusão e porosidade dos limites entre legal e ilegal, todas essas questões culminam na erosão da democracia. É nesse cenário de extrema precariedade política no qual a atuação do Coletivo Caetés pode ser pensada, assim como a de qualquer atividade extensionista nas periferias brasileiras.

Por mais que não tenhamos entrado nos detalhes de cada atuação, é possível ver a barafunda na qual esses territórios estão inseridos e como o neoliberalismo redimensiona o campo do político, buscando eliminá-lo. Intervém nas dimensões produtoras do conflito, em especial o que tensiona o *estado de coisas* atual. Atua de forma a retirar dos sujeitos a pressão das instâncias e das experiências que permitem a construção de uma consciência fundamentada no coletivo. Desloca a gramática da política para o léxico da moral. Objetiva que os sujeitos deixem de olhar a sua realidade sob os termos da injustiça e da exploração para lê-la através da frustração e do ressentimento, introduzindo uma lógica própria que parece barrar nossas ferramentas “clássicas” da autogestão.

Assim, o que procuramos fazer aqui é evidenciar a presença dessas contradições, a partir das experiências do Caetés, e o imperativo por formas atualizadas de atuação que não se deixem subsumir e que se coloquem tal qual o momento político exige. Hoje, as ferramentas de autogestão enfrentam grandes desafios para viabilizar agentes, como o próprio Caetés, dentro do território popular.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*. Trad. Henrique Burigo, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002
- ARANTES, Paulo. Esquerda e Direita no espelho das ONGs. In: ARANTES, Paulo (Org.). *Zero à esquerda*. São Paulo, Conrad Editora do Brasil, 2004. Pp.165-189.
- ARANTES, Pedro Fiori. *Arquitetura Nova: Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos mutirões*. São Paulo, Editora 34, 2002.
- BRAGA, Ruy. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- BRASIL. Ministério da Justiça. *Departamento Penitenciário Nacional – Sistema Integrado de Informação Penitenciária (Infopen)*. Brasília, 2011.
- BONDUKI, Nabil. *A luta pela reforma urbana no Brasil. Do Seminário de Habitação e Reforma Urbana ao Plano Diretor de São Paulo*. Instituto da Cidade/CAU/SP, São Paulo, 2017.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Editora Boitempo, 2016
- DI MASCIO , Carlo. Estado; Extinção do Direito. In: AKAMINE, Oswaldo et al. *Léxico Pachukaniano*. 1. ed. Marília (SP): Lutas Anticapital, 2020.
- FELTRAN, Gabriel de Santis. *Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo*. São Paulo: Editora Unesp. 2011.
- FIX, Mariana; ARANTES, Pedro Fiori. *Como o governo Lula pretende resolver o problema da habitação*. São Paulo, Correio da Cidadania. 30 de julho de 2009.
- FREIRE, Paulo. *A Pedagogia do Oprimido*. 77 Ed. São Paulo, Paz e Terra, 2021.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis:

Editora Vozes, 2014.

GODOI, Rafael. *Fluxos em cadeia: as prisões em São Paulo na virada dos tempos*. Tese de Doutorado em Sociologia, FFLCH-USP, São Paulo, 2015.

GUERREIRO, Isadora. *Os movimentos de moradia em meio à financeirização da habitação: O PMCMV Entidades e o Neoliberalismo*. In: Anais do XVIII Enanpur, Natal, 2019. Pp.1-20.

HARVEY, David. *O neoliberalismo: História e implicações*. [S. l.]: Edições Loyola, 2005.

HOMERO. *Odisseia*. Edição bilingue. Tradução, posfácio e notas de Trajano Vieira. São Paulo: Editora 34, 2011.

LEFEBVRE, Henri. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

MALLART, Fábio; RUI, Taniele. *Cadeia ping-pong: entre o dentro e o fora das muralhas*. Ponto Urbe. 2017.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018

MISSE, Michel. O Rio como um bazar: a conversão da ilegalidade em mercadoria política. Em: MISSE, Michel. *Crime e violência no Brasil contemporâneo: estudos de sociologia do crime e da violência urbana*. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2006c.

MORAIS, Ana Cristina S.; TOMOYOSE, Evelyn Harumi; PRESSER, Victor de Almeida. *Coletivo Caetés e o Complexo Esportivo Dr. Sócrates Brasileiro*. V. 17 n. 1 (2017): Anais do XVII ENANPUR, São Paulo, 1 maio 2019.

NAVES, Márcio Bilharino. *Marxismo e direito. Um estudo sobre Pachukanis*. 1996. Tese (Doutorado em Filosofia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, [S. l.], 1996.

NETO, José Francisco de Melo. *Extensão Popular*. 2. ed. João Pessoa: Editora

UFPB, 2014. 245 p.

PACHUKANIS, Evguiéni. *Teoria Geral do Direito e Marxismo*. São Paulo: Boitempo, 2017.

PAOLI, Maria Célia Pinheiro Machado. *O mundo do indistinto: sobre gestão, violência e política*. In: *A era da indeterminação* [S.l: s.n.], 2007.

RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento: Política e Filosofia*. Tradução de Ângela Leite Lopes. – São Paulo : Ed. 34, 1996.

RODRIGUES, Evaniza Lopes. *A autogestão como proposta*. In: *Estratégia Fundiária dos movimentos populares na produção autogestionária da moradia*. Dissertação de mestrado, São Paulo, FAU-USP, 2013. Pp.22-45.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

SAFATLE, V.; SILVA JUNIOR, N.; DUNKER, C. (orgs.). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica , 2021.

_____.; HIRATA, Daniel Veloso. *Cidades e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito*. Estudos Avançados, Dossiê Crime Organizado, São Paulo, v. 21, n. 61, p. 173-191, dez. 2007.

USINA, Coletivo. *Usina: entre o projeto e o canteiro*. São Paulo: Edições Aurora, 2015.